

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ANTONIO CARLOS BARROS VIANA

**PROCESSOS DE INCLUSÃO-EXCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR**

Cidade de Goiás/GO.

2013

Antônio Carlos Barros Viana

Processos de Inclusão-Exclusão nas Aulas de Educação Física Escolar

Monografia elaborada para cumprimento parcial da avaliação da disciplina Metodologia da produção do conhecimento em educação física, do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, com a orientação da Professora Jaciara Oliveira Leite.

Cidade de Goiás/GO.

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1. INCLUSÃO/EXCLUSÃO ESCOLAR.....	6
1.1 A Educação Física é inclusiva?	13
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....	19
2.1 Instrumentos para coleta de dados.....	21
2.2 Procedimentos para Análise dos dados.....	22
CAPÍTULO 3. ANÁLISES DOS DADOS	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXO.....	33

INTRODUÇÃO

Esta monografia partiu do seguinte problema de pesquisa “A Educação Física atual inclui ou exclui o aluno?”, tendo como proposta, a investigação dos processos de inclusão e exclusão, não limitada somente à relação com o aluno com alguma deficiência, mas, como o entendimento é amplo, partindo do pressuposto de que todos, independente de qualquer característica física, social e intelectual, tem o direito de aprender, e esse é o papel da escola.

Percebe-se que nas aulas de Educação Física, muitos alunos não participam das atividades, alguns por estarem acima do peso ideal, outros por se sentirem lentos para desempenhar algum exercício, como correr, pular etc. Nesse contexto, é importante que o professor analise as práticas pedagógicas no sentido de incluir esse aluno, desenvolvendo atividades que possibilitem a participação de todos os alunos.

Com o intuito de verificar se o processo de educação física está incluindo ou excluindo esses alunos, busca-se com esta monografia, identificar, em uma escola estadual, na cidade de Goiás como as aulas de Educação Física tem se desenvolvido.

Como objetivo geral, pretende-se analisar se a prática pedagógica do professor tem contribuído com processos de inclusão ou exclusão. E, como objetivos específicos almeja-se analisar o papel da metodologia e da relação professor-aluno nesses processos; identificar se a estrutura física das escolas contempla aluno/as com e sem deficiência; identificar se há algum tipo de exclusão entre os alunos durante as atividades.

Libâneo (2008) em entrevista para a revista Pensar a Prática sugere uma educação que corresponda às mudanças do mundo contemporâneo e que consiga abranger a todos os cidadãos em seu cotidiano, dando-lhes oportunidade de progredir diante de suas possibilidades. Argumenta que o modo de produção capitalista defende uma escola compatível com os interesses de mercado, e que na

contra mão disso devemos pensar em um ensino orientado por uma pedagogia emancipatória.

A monografia parte do entendimento do que é inclusão e exclusão, especialmente nas aulas de Educação Física. Assim, no primeiro capítulo mostra-se os conceitos de inclusão e exclusão, buscando entender também as relações entre tais conceitos e a educação física. No segundo capítulo foi explicitada a metodologia utilizada na elaboração do trabalho, apresentando como instrumentos para coleta de dados o questionário e a observação de aulas de Educação Física na escola. A metodologia está embasada em Lakatos e Marconi (2006), Roesch (1999), Mattar (2007) e outros.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados coletados a partir das respostas obtidas pela aplicação do questionário e pela observação, sendo esta, uma boa técnica de coleta de dados do indivíduo em atividade. Encerrando o trabalho, tecem-se algumas considerações finais e constam as referências utilizadas.

CAPÍTULO 1. INCLUSÃO/EXCLUSÃO ESCOLAR

É certo então, que a grande diversidade cultural do país é distinguida em seus aspectos étnicos, linguísticos e geográficos. Todavia, como assevera Nascimento (2004, p.76), o Brasil é também um país “onde se desenvolveram, com muitas sutilezas e propriedade, atitudes veladas, mascaradas, com relação aos comportamentos de respeito mútuo, justiça e solidariedade”.

Na escola, a situação não é diferente. Observa-se com frequência, maior do que parece desejável e, de forma intensiva um número elevado de alunos se evadir da escola pública.

Um dos motivos podem ser os processos excludentes vivenciados no interior da instituição escolar, não somente aqueles que tratam do desrespeito à diversidade humana, mas, muitas vezes relacionados a esses, a exclusão da possibilidade de aprender, do conhecimento.

Apenas com um olhar mais atento é possível verificar que a escola parece de certo modo, simular um espaço que não corresponde ao mundo real, dificultando a percepção das diversas relações e intermináveis especificidades entre os sujeitos que lá estão.

Por outro lado, situações de segregação, tratamentos diferenciados, que propagam a existência de conceitos excludentes e o desprezo à capacidade de conhecimento de nossos alunos parecem resultar em padrões de relações culturais e econômicas que provocam e aprofundam a exclusão.

Nesse sentido, Apple (2002, p.41) discorre sobre uma participação social inadequada, na ausência social e na ausência de poder. Inclusão/exclusão, pobreza/riqueza, são, portanto, dicotomias relacionadas à desigualdade e em consequência, ao tema da igualdade. Por via de consequência, são relações e não estados. Relações ligadas à oposição entre liberdade e igualdade.

Na opinião de Machado (2002, p.27), o que tem sido considerado como incapacidade ou ausência de cultura no exemplar conservador é exclusivamente a denominação “daquele que conhece apenas um pouco daquela cultura que alguns estabeleceram como a melhor, a mais desejável e a mais satisfatória para todos”.

Para discorrer sobre inclusão escolar é necessário repensar o sentido que se está conferindo à educação, além de atualizar nossas percepções e resignificar a técnica de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática.

O comprometimento na implantação de medidas institucionais promoveu o acesso à educação não representando, porém, mudanças significativas no atendimento. O quadro simbólico do prosseguimento da exclusão no processo educacional é de certa maneira suavizada no que diz respeito ao acesso, porém, reinventado na repetência e no abandono.

Essa capacidade tem permanecido sob a responsabilidade da escola que, de acordo com a história, está acostumada a uma ação autoritária do Estado, e se encontra perante a um grande desafio que é de garantir o acesso e a permanência na escola, oferecendo conteúdos básicos a todos e garantindo oportunidades individualizadas (equidade) com vistas à busca da igualdade sem homogeneização. Demo (1997, p.16) comenta que “os desafios educacionais têm dimensões incalculáveis. A própria instrução escolar precisa mudar profundamente se não quiser desaparecer arrastados pelas ondas das exigências sociais e individuais daqueles que devem ser educados”.

Além disso, há necessidade de uma alteração de modelo dos sistemas educacionais onde se deve centralizar mais no educando, levando em conta suas capacidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo uma pequena parcela dos alunos.

O conceito de uma sociedade inclusiva se baseia numa filosofia que adota e valoriza a diversidade, como atributo intrínseco à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como perspectiva o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de garantia do acesso e da participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Conforme Poso (2002, p. 57), o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno excluído, no ensino regular. Contudo, o modelo de segregação é intenso e arraigado nas escolas e com todos os problemas e desafios

a enfrentar, acabam por reforçar a vontade de manter em espaços especializados às pessoas com deficiência, por exemplo, e os demais sujeitos para onde se canaliza sua segregação?

Contudo, o paradigma da inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é imprescindível analisar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo.

Outro aspecto a ser analisado é a ação do professor, pois não é fácil ponderar sobre o que estamos acostumados a fazer, além disso, a escola está organizada para trabalhar com a homogeneidade e pouco com a diversidade.

Observa-se de acordo com Bueno (1999), que existe uma disposição focada nas deficiências do sistema educacional no desenvolvimento total da pessoa, onde se fala em fracasso escolar, no déficit de atenção na hiperatividade, nas diferenças socioeconômicas e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno. Porém, é preciso refletir sobre as potencialidades da escola, pois existem muitos projetos educativos em andamento, que viabilizam o processo de ensino-aprendizagem.

Há também que se lembrar que todos os alunos trazem conhecimentos de sua realidade que não podem ser desconsiderados, pois faz parte de sua história de vida.

Mas temos que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade (BUENO, 1999, p. 45).

Portanto, a inclusão depende de mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões dos professores, direções, pais, alunos e comunidade. Contudo essa questão não é tão simples, pois, devemos levar em conta as diferenças. Como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas?

Kunc (1992, p. 58) afirma que:

o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é

totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Conforme Bueno (1999), temos que diferenciar a integração da inclusão. Na integração, tudo depende do educando, ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, o social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno.

A inclusão também passa por mudanças na constituição psíquica do ser humano, para o entendimento do que é a diversidade humana. Também é indispensável analisar a forma como nossa sociedade está organizada, onde o acesso aos serviços é sempre dificultado pelos mais variados motivos.

A inclusão jamais acontecerá, se a sociedade se sentir no direito de escolher quais as pessoas poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam de suas expectativas e dificuldades. Mas não basta ouvi-los, é indispensável propor e desenvolver ações que modifiquem e orientem as formas de se pensar na própria inclusão.

Para Paulo Freire (2005, p.41):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

Assim, desse modo, o trabalho deve ser em prol da coletividade e direcionado à apropriação do conhecimento científico, pois de tal modo, cada pessoa será capaz de pensar sobre a sua condição individual inserido nesta sociedade que ora, inclui ora exclui.

Assegurar-se de que o processo de inclusão demanda a compreensão do contexto histórico da educação e as percepções pedagógicas nos leva a compreender as práticas transcorridas em cada período, buscando entender as influências dessas ideias para a educação e para o desenvolvimento das aprendizagens significativas da pessoa.

Segundo Adorno (1995) *apud* Miranda (2005, p. 641), a escola vista de uma perspectiva liberal clássica, é uma instância socializadora que tem a incumbência de

preparar as novas gerações para a vida social. Isso ocorreria por intervenção de um processo pelo qual as novas gerações entram em contato com a tradição, com valores e saberes do mundo que as recebe, para, a partir daí, transmitirem suas próprias referências, que poderão ser mais adaptativas e conservadoras ou mais independentes e autônomas.

De acordo com Miranda (2005, p. 641), essa escola foi orientada para o ensino, sustentando-se em uma didática sobre a arte de tudo ensinar a todos, atenta às necessidades e vicissitudes psicológicas de um aluno que desponta como indivíduo em uma sociedade que disfarça mal, sob o manto da igualdade de direitos, sua realidade injusta e excludente.

Esse entendimento de escola jamais se efetivou inteiramente porque seus compromissos de inclusão social sempre foram uma contradição para as classes trabalhadoras e mesmo os filhos das elites não tiveram como esquivar de uma escolarização que nunca deixou de reproduzir internamente as incoerências do mundo burguês, sendo forçada a habituar-se à violência, à desigualdade e à injustiça. Sendo, desse modo, impossível imaginar essa escola separada das contradições históricas nas quais ela se organizou e se concretizou.

A autora ressalta ainda que a sucessão de reformas efetivadas no século XX foi apenas uma série de tentativas fracassadas de explicar e solucionar as dificuldades da escola contemporânea, que passa a ser identificada por seus difamadores como “tradicional”. Novos padrões, sugestões, hipóteses, justificações apresentam-se e vão, pouco a pouco, concretizando uma modificação no jeito de conceber a escola e fortalecendo a resistência a tudo que se apresenta como “tradicional”, o que, enfim, não é uma característica da educação, mas uma especialidade da cultura do século XX: o repúdio à tradição (ARENDDT, 1979; ADORNO, 1995, *apud* MIRANDA, 2005, p. 641).

Ainda na visão de Miranda (2005) o princípio que vem norteando toda a percepção e a organização escolar é o conhecimento, porque o que agrupa os alunos e representa a dinâmica do processo ensino-aprendizagem é a aquisição de determinados conhecimentos e procedimentos mediados pelos professores. Assim, a autora afirma que a organização escolar é definida pelo pertencimento a uma

determinada série fixada arbitrariamente como anual, na qual são agrupados os alunos que já sabem e os que ainda não sabem determinados conteúdos.

Nesse contexto, os alunos que não conseguem essa aprendizagem são retidos, tendo que conviver com outro grupo de alunos com dificuldades que, de modo geral, seriam semelhantes às suas, ainda que em defasagem cronológica.

Existe uma inquietação com o desenvolvimento social do aluno, mas esse desenvolvimento é dependente ou consequência do processo de ensino e aprendizagem. Muito se tem discutido sobre os mecanismos de reprovação que podem provocar graves danos à autoestima do aluno, como a promoção de discriminação e sua exclusão do processo de escolarização.

Durante o Século XVI, a humanidade registrou em sua história, o processo de industrialização e o surgimento de novas ideias relacionadas às práticas educativas que, até então, eram focadas em um ideal de educação que atendesse apenas à elite. De tal modo, nasceram novas teorias fundamentadas em doutrinas democráticas que defendiam que a escola deveria ser para todos.

O conceito de escola ou a noção de socialização mediada pela escola, que deixa de ser orientada por um critério, digamos iluminista, de que a emancipação dos indivíduos deva ocorrer mediante a aquisição de conhecimentos, saberes, técnicas e valores que lhes permitam viver em uma sociedade mediada por esses conhecimentos, saberes, técnicas e valores, passando a orientarem-se por uma noção de socialidade que prescindir da mediação do conhecimento como sua dimensão fundamental, sendo a socialidade por si o seu critério. (MIRANDA, 2005, p. 642, online).

A autora ressalta ainda que o importante é que os alunos continuem na escola, tenham tempo e espaço para desfrutar o que ela possa lhes proporcionar inclusive a oportunidade de adquirir conhecimentos e essencialmente, que eles possam viver ali uma experiência de cidadania, de convivência, de formação de valores sociais.

Observa-se que para que isso aconteça é imprescindível a realização de uma ação pedagógica que produza a real aprendizagem dos conteúdos científicos pelo aluno, pois o fato de ele frequentar a escola comum e conviver com outras pessoas não são satisfatórios para completar suas necessidades, pois, além dos conhecimentos específicos, a escola tem um papel de formação humana.

É necessário que a escola lhe transmita o conhecimento historicamente produzido e adequado a todos os alunos respeitando as necessidades e possibilidades de cada um. Pois, conforme Saviani (1980, p. 51) *apud* Cardoso e Lara (2007) a função das instituições educacionais seria de “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações [...]. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”.

Conforme Saviani (1980, p. 52) *apud* Cardoso e Lara (2007, p. 1319) promover o homem significa “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”. Isso, conforme afirma o autor, implica definir para a educação sistematizada, objetivos claros e precisos, quais sejam: educar para a sobrevivência, para a liberdade, para a comunicação e para a transformação.

Portanto, as mudanças são essenciais para que aconteça a inclusão, todavia, demanda esforço de todos, permitindo que a escola possa ser observada como um ambiente de construção de conhecimento, minimizando os preconceitos e a discriminação. Para isso, a educação precisará ter um estilo complexo, beneficiando a constituição ao longo da vida, e todo educando, independente das dificuldades, poderá favorecer-se dos programas educacionais, desde que sejam oferecidas as oportunidades apropriadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura, além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade, será imprescindível a revisão de uma série de obstáculos, além da política, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É indispensável conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino-aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno.

É preciso também utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões

teórico-práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

É importante que toda equipe gestora, (coordenadores pedagógico e de turno, diretor) auxiliem o professor na resolução de problemas diários na sala de aula, criando alternativas que beneficie todos os alunos. Usar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a particularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que tragam melhorias para as relações professor e alunos. Aferir de forma contínua e constante, dando destaque à qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Valorizar mais as metas e não os obstáculos encontrados pelo caminho, priorizar as questões pedagógicas e não apenas a questão biológica, com expectativa de que tudo será resolvido pela saúde (BUENO, 1999).

É de conhecimento de todos que não há nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou graduada, pois ainda é rudimentar, apesar disso, é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", beneficiando assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

Finalizando, acredita-se, conforme Bueno (1999), que para o processo de inclusão escolar é indispensável que exista uma mudança no sistema de ensino que possa favorecer toda e qualquer pessoa, levando em conta a particularidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

1.1 A Educação Física é inclusiva?

A partir do momento em que se fala de inclusão na disciplina de Educação Física Escolar o professor não pode se limitar exclusivamente na inclusão do aluno com deficiências, mas também entender que todos seus alunos ficam expostos a uma diversidade de propostas nas atividades.

O professor de Educação Física preparado deve ter tato para lidar com situações desta natureza, e ter ainda mais atenção com aqueles alunos que

apresentam mais dificuldades em realizar as atividades propostas na aula, assim, incluindo-o em todos os sentidos.

É de suma importância que o professor de Educação Física estimule frequentemente seus alunos, principalmente os que apresentam algum tipo de limitação ou dificuldade, pois se o mesmo for ignorado sua formação poderá ser comprometida, cada aluno tem suas particularidades, individualidades e diferenças, é competência dos profissionais de Educação Física escolar ficarem incumbidos de respeitar e desenvolver cada aluno.

Um dos instrumentos mediadores para se trabalhar com a Inclusão no Contexto Escolar é a Educação Física Adaptada que surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o aluno com deficiência e outras necessidades especiais. Porém sabe-se que muitos professores atuantes nas escolas não receberam nenhum tipo de formação deste âmbito, seja na Educação Física Adaptada ou na Inclusiva.

Segundo Pedrinelli (1994, p. 69), "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor".

A mesma autora relata que o educador, neste caso o professor de Educação Física tem a possibilidade de selecionar a atividade em função do comprometimento motor de cada aluno, idade cronológica e desenvolvimento intelectual (PEDRINELLI, 1994).

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A prática de atividades com crianças, especialmente aquelas que abrangem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos.

A multiplicidade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aperfeiçoamento da personalidade de pessoas com deficiência (BUENO, 1999). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

A inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que os alunos possam relacionar-se com outros e estabelecer trocas para que ambos possam crescer. São necessários, e pode fazer a diferença à exposição de exemplos que as façam superar dificuldades e despertar potencialidades.

Atualmente a sociedade se depara com um grande ideal de educação, os princípios da inclusão na Educação Física deve ir muito além de inserir crianças com deficiência na disciplina.

A disciplina de educação Física se estabeleceu historicamente por ser seletiva. Por existirem os supostos fortes e fracos, discriminação por gêneros, orientação sexual, aspectos físicos e raça. Assim a Educação Física escolar, parece ainda vir priorizando a concepção técnica esportiva como hegemônica nas práticas diárias, sendo restrita a alunos considerados “talentos esportivos”.

Segundo Betti (1992 p.285), a finalidade da Educação Física na escola é "integrar e introduzir o aluno no mundo da cultura física, formando o cidadão que vai usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais da atividade física (o jogo, o esporte, a dança, a ginástica...)". Portanto, nenhuma atividade pode excluir qualquer aluno das aulas da Educação Física.

É importante lembrar que se a escola é um ambiente para todos, as aulas de Educação Física também deve ser, portanto repensar as práticas educativas desta disciplina é fundamental para que ela contribua para um novo modelo de cidadão dentro do ambiente escolar e social.

Existe a necessidade de que todos os discentes tenham acesso direto às propostas educacionais oferecidas pela disciplina, sejam conteúdos teóricos, práticos, lúdicos e também os esportes como um todo.

Coletivo de Autores (1992) relata que o esporte é considerado um conteúdo objetivo, influenciando-se fortemente no sistema educacional, que também deve se distanciar de rotulações como o esporte da escola para o esporte na escola.

Um modelo estruturado por Freire (1989) ressalta a excessiva preocupação com o racionalismo da educação e da Educação Física e enfoca o respeito à cultura e à individualidade da criança, e a estimulação à criatividade e à liberdade individual de cada uma.

Assim, considera-se que incluir na Educação Física, não está relacionado a simplesmente adaptar a aula e as atividades para os alunos com deficiências, mas se posicionar com perspectivas que valorizam a diversidade humana e que se comprometa com o verdadeiro sentido da inclusão na sociedade contemporânea.

Com esta nova situação de Inclusão, baseando-se no que foi colocado, o professor de Educação Física tem possibilidades de conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha. São inúmeros os fatores que influem na aprendizagem entre elas as características das tarefas motoras, o aluno que aprende com mais facilidade, aprendizagem prévia, o contexto da aprendizagem, o tipo de informação, enfim, o professor tem um leque de opções. Deste modo, é difícil estabelecer um método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de Inclusão, pois professor pode convencionar inúmeros procedimentos para romper barreiras e realizar a promoção da aprendizagem dos seus alunos, de maneira “Inclusiva”.

Na atualidade, a Educação Física é analisada como um ramo da educação e da saúde humana. Segundo Oliveira (1990), sua história tem origem juntamente com a própria origem do ser humano, principiando pelos gestos simples pela sobrevivência, hoje, a educação física permanece nas disputas e jogos visando saúde e qualidade de vida da sociedade.

Castellani Filho (1991) salienta que a Educação Física é um ramo pedagógico da ciência da Motricidade Humana, ciência da compreensão e explicação da conduta motora humana - sendo analisada por filósofos e educadores de diferentes países. Apesar disso, aqueles que dela fazem seu campo de estudo e pesquisa, agregando-a a assuntos educacionais mais amplos, lutam contra o descaso da maioria dos teóricos que preconceituosamente compreendem-na como elemento menor, secundário, do fenômeno educacional. Não raro, consideram-na excepcionalmente como, aponta Castellani Filho (1991, p. 25), “instrumento de veiculação da ideologia dominante, alienada e alienante, numa clara alusão à ótica crítico-reprodutiva”.

Castellani Filho (1991) vai mostrar ao longo da história como a Educação Física, em muitos momentos, serviu para reafirmar as desigualdades, excluir. Por

exemplo, no período da ditadura. Isso é fato histórico! E carregamos até hoje a ideia de considerar somente os melhores do ponto de vista das habilidades.

A educação física escolar, até décadas atrás apresentava um modelo em que o físico (corpo), a aptidão física e o desempenho eram o mais importante, desprezando muitas vezes os aspectos sociais, cognitivos e afetivos. O importante dentro das aulas de educação física escolar era o Esporte-Rendimento, ou seja, o aluno deveria apresentar um bom desempenho e habilidades não só nas aulas, mas também nos jogos e em determinadas modalidades esportivas, levando o aluno a ser quase um atleta. Desta forma a educação física escolar apresentava um modelo excludente, por apresentar aulas com métodos de ensino por repetição, o que tornava essas mais monótonas, sem uma preocupação com a participação de todos os alunos (CASTELLANI FILHO, 1991).

Para Bracht (1996), a Educação Física (no sentido lato) possuía um papel importante no projeto de Brasil dos militares, e que tal importância estava ligada ao desenvolvimento da aptidão física e ao desenvolvimento do desporto: a primeira, porque era considerada importante para a capacidade produtiva da nação (da classe trabalhadora), e o segundo, pela contribuição que traria para afirmar o país no concerto das nações desenvolvidas (Brasil potência) e pela sua contribuição para a primeira, ou seja, para a aptidão física da população.

É evidente que na trajetória da supremacia desse paradigma ele foi contestado, alternativas foram propostas; no entanto, nada que pudesse abalar seriamente seus princípios. No seio da própria instituição militar, que teve forte influência na trajetória da Educação Física brasileira, muitos de seus intelectuais foram influenciados pelo movimento escolanovista, nas décadas de 1920 a 1950, e pensaram a educação e a educação física com base nos princípios dessa teoria pedagógica.

Através de alguns estudos sobre ao ensino da Educação Física, percebe-se a importância da escola, do professor, enfim, será que o sistema escolar procura levar em consideração as necessidades dos diferentes alunos?

Sabe-se o quanto é importante o aprendizado dos alunos e o papel do professor. Desse modo será alcançado um resultado agradável que possibilita todos os alunos a terem acesso aos conhecimentos das aulas de Educação Física. Diante

de tudo isso, é essencial que a “Educação Física escolar esteja voltada para a possibilidade de todos terem acesso ao conteúdo esporte, sem restrições de condições físicas ou níveis de habilidades motoras, respeitando as diferenças dos alunos, e propiciando ao aluno condições de conhecê-la é produzi-la, reconstruí-la e transformá-la” (BARROSO e DARIDO, 2006, p.101).

Através do que foi falado, percebe-se que a metodologia do professor precisa alcançar todos os alunos para que haja a verdadeira inclusão e não a integração. De acordo com Montoan (1993), a integração e a inclusão têm significados semelhantes, embora no contexto escolar expresse situações de inserção diferentes. Enquanto a integração escolar é condicional, ou seja, vai depender de diversas situações para integrar o aluno. Já a inclusão escolar é incondicional, não deixa o aluno fora do sistema escolar, pois ela busca adaptar-se ao aluno. É importante que as escolas acomodem os diferentes tipos de alunos independente das dificuldades ou diferenças que eles possam ter e, sempre que possível, aprender juntos.

Na obra de Carvalho (2005), a autora propõe uma discussão acerca da verdadeira necessidade da inclusão de alunos com deficiência nas escolas. E que a escola adapte as necessidades dos alunos. E entenda que uma escola inclusiva é concebida a todos os alunos sem distinção e que acolha todas as dificuldades individuais.

Se a escola, juntamente, com o professor não estiver preparada para acolher os alunos com e sem deficiência, haverá também, a exclusão entre o aluno e outro colega, o professor e o aluno, enfim, a exclusão do aluno com ele mesmo.

Como é citado por Chicon e Sá (2007), alguns profissionais veem alguns alunos como um objeto e não como sujeito, principalmente se ele apresentar atitude que evidencie sua dificuldade, seja ela física, mental e no que diz respeito a socialização.

Sabe-se que quando o profissional age assim, a exclusão também pode ser praticada pelos alunos que se “contaminam”. Portanto, pode-se dizer que tanto o professor quanto a escola devem estar preparados para acolher os diferentes alunos. Pois, persistimos na pergunta, “A Educação Física atual inclui ou exclui o aluno?”

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

A metodologia é vista como um caminho ou uma direção, bem como etapas sequenciais que levam as informações, análise, diagnóstico e a um resultado final diante da problemática levantada.

Para Pádua (1996, p. 48) metodologia é “o caminho do pensamento. Nesse sentido ela inclui as concepções de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade”.

A pesquisa é um procedimento reflexivo e crítico de busca de respostas para problemas ainda não solucionados. Segundo Gil (2002), uma pesquisa, tem em vista seus objetivos.

Essa pesquisa se caracteriza de natureza qualitativa e do tipo descritiva. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002).

Segundo Oliveira Netto (2006, p.10):

A pesquisa descritiva tem a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. Nesse tipo de pesquisa não pode haver interferência do pesquisador. (...) O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo.

Buscou-se com este tipo de pesquisa analisar as causas da inclusão/exclusão para posteriormente determinar os efeitos que resultam da inclusão/exclusão na Educação Física de uma escola pública localizada na Cidade de Goiás - GO.

Esta monografia trata-se de uma investigação na área de Inclusão e com ênfase na Educação Física Escolar, com uma pesquisa de campo em uma escola localizada na Cidade de Goiás/GO, e para a elaboração deste foi utilizada ampla pesquisa bibliográfica em livros, revistas, teses, dissertações e monografias sobre esse assunto.

Essa pesquisa, qualitativa e do tipo exploratória, se desenvolveu em uma Escola Estadual localizada na Cidade de Goiás - Goiás, por meio da observação das aulas de Educação Física, buscando perceber as interações entre os alunos, entre

professor e aluno, as metodologias utilizadas pelo professor, dentre outros aspectos relevante, para problematizar a inclusão e exclusão na Educação Física Escolar. A ênfase da investigação foi com os alunos do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental.

Através de uma coleta de dados com a participação dos alunos do 9º ano “A” e do 6º Ano “C”, quando foi levantado um rol de informações quantitativas sobre a inclusão/exclusão na Educação Física Escolar em uma escola publica na cidade de Goiás. O questionário aplicado esta no anexo pagina 35

A população-alvo tem como importância a obtenção de informações sobre o objeto de estudo, ou seja, de acordo com Aaker, Kunar e Day (2004, p. 380) o objetivo da amostragem é obter informações sobre a população. Diante disso, ela deve ser definida de forma criteriosa para que a coleta de dados seja a mais clara e verdadeira possível.

Ela é importante pelo fato de que examina os objetivos da pesquisa, verifica a diversidade de opiniões ou alternativas, bem como informa a realidade do mercado e suas perspectivas.

A população pesquisada nesta monografia são os alunos do 9º Ano “A” e do 6º Ano “C”, de uma escola pública da Cidade de Goiás – GO.

Para Roesch (1999, p. 139) amostra significa: “Construir um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse de pesquisa”. Assim pode ser definida como parte da população que será investigada.

A pesquisa teve como amostra, 27 alunos de um universo de 34 alunos do 9º Ano “A” e 12 alunos de um universo de 32 alunos do 6º Ano “C”, em uma escola publica na cidade de Goiás, que estavam presentes na escola no dia em que foram aplicados os questionários, com o objetivo de fundamentar a pesquisa em estudo.

2.1 Instrumentos para coleta de dados

De acordo com Mattar (2007, p. 165) a coleta de dados é a fase em que são efetuados os contatos com os respondentes, aplicados os instrumentos, registrados os dados, efetuada uma primeira crítica do preenchimento dos instrumentos, que são enviados para a central de processamento dos dados. Assim, sendo é necessários organizar os meios mais eficazes para a realização da pesquisa e para a coleta de dados.

Foi utilizado nessa monografia para a coleta de dados o questionário e observação de 2 aulas de Educação Física, para então levantar informações sobre a inclusão/exclusão na Educação Física Escolar.

O questionário é para Mattar (2007, p. 74) “um instrumento de coleta de dados lido e respondido diretamente pelos pesquisados, não havendo a figura do entrevistador”. Não necessariamente um contato entre entrevistador e aquele que é entrevistado, sendo uma forma de deixar este mais a vontade para responder. Assim, ele se caracteriza por ser pessoal.

De acordo com Lakatos e Marconi, (1991, p. 201). “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Geralmente usa-se o termo “questionário” para designar qualquer instrumento de coleta de informações. Para esta monografia, o questionário foi elaborado com 05 (cinco) perguntas fechadas, e foi aplicado aos alunos do 9º Ano “A” e do 6º Ano “C”, de uma Escola publica na Cidade de Goiás, Goiás/GO nos dias 29 e 30 de outubro de 2013. Foi entregue um termo de consentimento para os alunos, para os pais e ou responsáveis assinarem. Foram entregues 34 aos alunos do 9º, desses 27 voltaram assinados, no 6º ano foi entregue 32 termo de consentimento, desses 12 voltaram assinados e somente os que tiveram autorização responderam ao instrumento. Portanto, a pesquisa foi realizada com 39 alunos. O questionário contem 4 perguntas objetivas e 1 subjetivas esta em anexo na pagina 35 dessa monografia.

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou ferramentas que

se deseja estudar. Segundo Lakatos e Marconi (2006) “A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. A observação ocorreu nos dias 29 e 30 de outubro de 2013.

2.2 Procedimentos para Análise dos dados

Para Lakatos e Marconi (1991, p. 189) “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise ou a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Busca-se com isso interpretar e verificar as informações coletadas com o interesse de elaboração da pesquisa, a fim de ampliar os conhecimentos sobre o objeto em estudo.

CAPÍTULO 3. ANÁLISES DOS DADOS

Para a elaboração desta pesquisa, foram necessárias algumas observações do processo de aprendizagem nas aulas de educação física. É importante ressaltar que apesar de terem sido feitas apenas duas observações formais para a pesquisa, o autor já tinha uma relação com a escola, e observava as aulas de Educação Física, pois essas acontecem na praça da cidade.

As questões contidas no roteiro de questionário procuraram abordar os seguintes temas: o que é Educação Física e a inclusão/exclusão na Educação Física Escolar.

Desta forma, buscou-se abarcar um amplo espectro de questões incluídas à prática da Educação Física na escola e, sobretudo, identificar como os alunos se sente no cotidiano das aulas. É importante frisar que, no questionário, avalia-se a representação que os alunos têm a respeito dos seus valores e procedimentos e não propriamente o que eles fazem de fato.

O desenvolvimento desse tema incide em uma reflexão a respeito da visão dos alunos em relação à Educação Física, com a preocupação de entender quais as principais barreiras existentes nas aulas.

A pesquisa foi realizada com 12 alunos do 6º e 27 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma Escola pública na Cidade de Goiás- GO, perfazendo um total de 39 alunos.

Questionados sobre o que é Educação Física, 4 alunos responderam que é futebol, para 10 alunos é divertimento, outros 13 disseram que educação física é saúde, 8 alunos acreditam que é apenas uma disciplina como outra da escola, e 1 acreditar ser outros.

Quanto ao item do que mais gostam nas aulas de Educação Física, 07 alunos responderam que é a figura do Professor; para 8 alunos são os conteúdos que eles mais gostam; 23 dos alunos entrevistados responderam que a forma como o professor conduz as aulas e a avaliação é o que eles mais gostam nas aulas de educação física; somente 01 aluno disse que são outros itens que ele mais gosta.

Respondendo a questão contrária, ou seja, o que o aluno não gosta nas aulas de Educação Física, 2 alunos disseram que é a figura do Professor; para outros 2 são os conteúdos; a forma como o professor conduz as aulas foi a resposta de 2 alunos; a avaliação é a resposta de 1 aluno e 32 alunos disseram ser outros motivos que os levam a não gostar da Educação Física.

A questão que responde a problemática dessa pesquisa, revelou que um dos motivos pelos quais o aluno se sente excluído da atividade da Educação Física e por que, é que o aluno não tem habilidade como meus colegas foi a resposta de 6 dos participantes, outros 9 disseram que se sentem excluídos por conta das suas características físicas, contudo, 24 alunos disseram que não se sentem excluídos das aulas.

Questionados sobre o que eles acham que poderia melhorar nas aulas de Educação Física de sua escola, os alunos do 9º ano sugeriram o aumento do número de aulas, 3 alunos disseram que não precisa melhorar nada tudo está muito bom, 01 respondeu que teria que ter a participação de todos, 9 responderam que precisam de uma quadra para as atividades da disciplina e 12 alunos disseram que é necessário mudar alguns itens, como, por exemplo, ter outras atividades esportivas, gincana, e dar oportunidades para que outros alunos participem dos jogos estudantis. Já os alunos do 6º ano responderam que para melhorar as aulas de Educação Física seria necessário ao Colégio ter uma quadra de esportes.

O presente estudo buscou identificar a realidade do ambiente do Colégio em relação às aulas de educação física. Esses dados representam uma descrição geral e pouco explorada no que diz respeito à realidade local. Verificou-se que a escola não tem um espaço físico adequado para essas aulas e quanto ao material (bolas de futsal, bola e rede de vôlei, bolas de queimada e handebol) para as aulas de educação física, estes são de boa quantidade de boa qualidade e adequada.

Identificou-se através de observações, que os conteúdos mais trabalhados nas aulas são: futebol, voleibol e queimada, não há diversificação de conteúdos e de experiências corporais, predominando o futebol especificamente para os meninos, o voleibol e a queimada para as meninas. Acredita-se ser de grande importância que os alunos tenham a oportunidade de conhecer outros conteúdos, podendo mesmo

vivenciar outros conteúdos da cultura corporal ainda pouco disseminada na nossa cultura.

Coletivo de Autores (1992) assinala para a cultura corporal, como expressão que irá fundamentar o objeto de estudo da Educação Física, assim, na obra intitulada “Metodologia do Ensino de Educação Física”, são colocados elementos teóricos que permitem ao leitor distinguir as matrizes que informam as duas perspectivas: "aptidão física" e "reflexão sobre a cultura corporal".

Na perspectiva dos autores desse livro, a Educação Física é compreendida como uma disciplina do currículo, cujo objeto de estudo é a expressão corporal como linguagem.

De acordo com Bakhtin (1995) *apud* Oliveira (1999, online), observando que a Educação Física tem como meta básica o desenvolvimento do ser humano unilateral a partir da mediação sobre as práticas corporais dos sujeitos, é papel principal da escola, nessa perspectiva, a abordagem das manifestações corporais de homens e mulheres em sua totalidade, e não somente na sua dimensão cinética, motora ou biomecânica.

O propósito e o significado do movimento humano no plano da cultura o distinguem necessariamente do movimento dos outros seres. Essa qualidade que tem o corpo do homem de comunicar-se e relacionar-se se define em relação a um corpo material, determinado por um mundo material, numa perspectiva histórica.

A Educação Física tem uma função essencial no quadro da organização da cultura, desde que se prepare para compreendê-la em toda a sua magnitude. Assim, Oliveira (1999), aponta que a partir das práticas corporais, da sua organização, da sistematização e da decodificação, existe um espaço pouco e mal explorado dentro da instituição escolar. Esse é o espaço de uma nova maneira de compreender as manifestações corporais como expressão inequívoca da cultura.

Nesse contexto, o conhecimento sobre os benefícios da prática de atividade física é fundamental para que crianças e adolescentes se mantenham adeptos dos exercícios físicos por toda a vida. A importância desses exercícios na escola garante também a aprendizagem das atividades corporais que a cultura produz (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

Percebe-se que a falta de diversificação pode provocar um atraso no desenvolvimento, quando Kunz (1989 *apud* BETTI, 1999, p. 36) alega que “sentidos

tais como o expressivo, o criativo e o comunicativo, que se manifestam em outras atividades de movimento, não são explorados quando o conteúdo escolar é apenas esportivo” e que “a transformação didática dos esportes visa, especialmente, a que a totalidade dos alunos possa participar, em igualdade de condições, com prazer e com sucesso, na realização destes esportes”.

A falta de um espaço adequado compromete as aulas de educação física, pois, estas são ministradas em uma praça da cidade, esse fator pode inibir o aluno a realizar as experiências corporais.

O espaço onde as aulas de educação física são realizadas é inapropriado, pois, se trata da Praça do Chafariz, lugar com grande circulação de pessoas, o que causa a dispersão dos alunos. Muitos preferem sentar e conversar, outros ficam observando os passantes, desse modo, não há transmissão de conhecimentos.

A ausência e/ou a pouca qualidade de espaço físico e de instalações para o ensino da educação física podem ser compreendidos sob dois aspectos: a não valorização social desta disciplina e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares. (SILVA e DAMÁZIO, 2008, p. 31).

No contexto observado, os espaços e as instalações destinadas para esta finalidade educativa, foram improvisados (as aulas são ministradas na praça) conforme citado anteriormente.

Dependendo do ponto de vista do ensino e da expectativa curricular seguida pelo professor, espaços alternativos e obstáculos podem se transformar em soluções que possibilite a criatividade, a inovação e a construção de práticas diversificadas. Não se defende aqui a ideia de que o trabalho pedagógico só pode se processar mediante condições materiais idealizadas, mas o que se pretende destacar neste trabalho é o descaso com a escola pública que se reflete diretamente nas condições materiais para o trabalho docente. Nesta direção, é que se pergunta como a educação física é afetada no trabalho cotidiano daqueles docentes que atuam no ensino básico nas escolas públicas.

Não se observou a existência de espaços alternativos para o ensino da educação física, como também para a prática de jogos e brincadeiras, nos momentos “livres” no cotidiano escolar. Como aponta Marcellino (1990 *apud* Silva e Damázio, 2008), um dos fatores para os diversos equívocos que marcam a relação

lazer e educação são os espaços e os tempos escolares que negligenciam o lazer como conteúdo cultural.

No caso observado, a escola não possui espaços e atividades voltadas para os horários livres. A administração escolar tem a necessidade de organizar os espaços, os tempos e as atividades, mas este papel é também limitado, pois há situações que esbarram na questão político-econômica mais ampla em que a escola se insere.

Alves (2007) *apud* Silva e Damázio (2008, p. 42), expõe diversos fatores que desmotivam os alunos à prática de Educação Física, “como a metodologia de ensino inadequada, conteúdos que não favorecem a aprendizagem, relacionamento professor-aluno, postura desinteressada do educador, falta de coordenação de área, orientação, supervisão ou direção da escola e a ausência de significado sobre o real papel da Educação Física no contexto escolar que identifique o professor”.

Outro fator novamente apontado foi em relação aos conteúdos, que foi repetida nos diferentes níveis de ensino e acabam sendo sempre os esportes coletivos. Acontece que os alunos mais talentosos na atividade chegam motivados e com as equipes já escolhidas, ocasionando a fuga dos menos habilidosos, que acabam usando diversos meios para não participarem da aula.

A partir das observações e questionário aplicado neste estudo, foi possível perceber a presença da afetividade nas relações entre professor e aluno, haja vista que existe certa proximidade, verificaram-se intensos diálogos entre professor e aluno, diálogos com temas informais, entretanto, na prática pedagógica assumida pelo docente, estas se expressam nas seguintes posturas: não há um planejamento da disciplina, também não se levam em consideração os limites e possibilidades dos alunos; na escolha dos procedimentos de ensino, verificou-se que as aulas são sempre ministradas em local não adequado, conforme já citado. A forma de expor o conteúdo, na avaliação e no compartilhamento das responsabilidades que as situações pedagógicas exigem não se percebe um acompanhamento do aluno, assim não há um resultado positivo no decorrer de todo processo de ensino e aprendizagem.

Durante o processo de análise, verificou-se a observação de fatores ligados à exclusão nas aulas de educação física, dentre eles, o de que os alunos não têm

acesso a conhecimentos sistematizados. Sabe-se que não basta ensinar aos alunos a técnica dos movimentos, as habilidades básicas ou, mesmo, as capacidades físicas. É preciso ir além e ensinar o contexto em que se apresentam os conhecimentos ensinados, integrando o aluno na esfera da sua cultura corporal.

As mudanças nas aulas de Educação Física sugeridas pelos alunos revelam um complicado processo; um mesmo elemento que é sugerido ou destacado por alguns estudantes é criticado por outros (alguns alunos disseram que é necessário mudar alguns itens, como, por exemplo, ter outras atividades esportivas, gincana, e dar oportunidades para que outros alunos participem dos jogos estudantis, porém, alguns alunos criticaram estas sugestões, pois acham que não tem necessidade de outras atividades).

Os alunos reclamam uma maior participação e autonomia na escolha dos conteúdos. Nesse contexto, além de trabalhar as dimensões do conhecimento, o professor também deve incluir o seu aluno na elaboração das propostas de ensino e aprendizagem (planejamento participativo). Por que assim o planejamento contempla a realidade social e pessoal do aluno, sua percepção de si e do outro, suas dúvidas e necessidades de compreensão dessa mesma realidade.

Assim, professor e aluno podem construir juntos novos conhecimentos, além de resignificar as estruturas de aprendizagem e ensino.

Sabe-se que para garantir uma educação de qualidade para todos é necessário estabelecer metas de uma gestão para a inclusão de todos aqueles que de alguma maneira estão excluídos do acesso ao conhecimento. A gestão para eliminar a exclusão nas aulas de educação física deve ser pautada em um paradigma dinâmico, mobilizador e responsável pela transformação dos sistemas educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade observada, pode-se apontar para a questão do espaço físico e das instalações, como fatores que podem comprometer de modo significativo o trabalho pedagógico da educação física. Numa reflexão mais ampla sobre o ensino da educação física nas escolas públicas, constataram-se outros aspectos que também trazem limitações: o valor social atribuído à disciplina, a atuação do professor e a organização administrativa da escola. Identificou-se, mais uma vez, nos limites deste trabalho, a necessidade da educação física escolar refletir constantemente em torno de seus objetivos, pressupostos teóricos, limitações e possibilidades, uma vez que a sociedade em que estamos inseridos nos apresenta novos desafios.

Ao defender a inserção de educação física na escola, atribuem-lhe papéis e objetivos, sejam eles voltados para melhora da qualidade de vida e saúde, para desenvolvimento motor ou para apreensão da cultura corporal e para a inclusão social.

Dessa forma, há necessidade de atentar para a problemática das condições de trabalho do educador, para que vencidas as deficiências estruturais (do espaço físico e de instalações com qualidade), e obtendo seus objetivos, a educação física concretize sua importância e constância no âmbito da Educação Básica.

O esvaziamento do conhecimento ocorre porque os docentes ao mesmo tempo em que consideram o conhecimento e o aprofundamento teórico, relevantes, não conseguem compreender de que modo isto se daria em sua prática cotidiana e isto se deve a vários fatores, desde sua formação inicial pautada numa perspectiva tradicional de ensino até as tendências pós-modernas que invadem o cotidiano da escola e da sociedade de um modo geral, mascarando a realidade em que vivemos, como uma nova moda intelectual.

A inclusão na prática não precisa somente ser entendida e aceita por todos, mas valorizada em sua diversidade. Não bastam espaços físicos adequados,

currículo fundamentado e organizado, professores bem preparados, equipe multidisciplinar, se os alunos não forem respeitados em suas 'potencialidades'.

É importante que haja novas pesquisas que se desdobram desta investigação, e que apontem sugestões e soluções para que todos os alunos realmente sejam incluídos nas aulas de Educação Física.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

BETTI, I. C. R.. Esporte na escola: mas é só isso, professor? **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 25-31, 1999.

BRACHT, V. **A construção do campo acadêmico 'educação física' no período de 1960 até nossos dias**: Onde ficou a educação física? In: Anais do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Belo Horizonte, 1996, pp. 140-148.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A Inclusão de alunos deficientes nas classes do ensino regular**. Temas sobre o desenvolvimento, vol. 9, n. 54, 2001.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial** (5), 1999.

BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos (Orgs.). **Deficiência e escolarização**: novas perspectivas de análise. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; CAPES, 2010.

CARDOSO, Maria Angélica; LARA, Ângela Mara de Barros. **Sobre as funções sociais da escola**. Programa de Pós-Graduação em Educação/Doutorado, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, da qual participei como aluna especial. 2007. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1929_1160.pdf<Acesso em: 10/11/2013>.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COLETIVO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO RECIFE. Educação Física: uma proposta pedagógica. In SOUZA JÚNIOR, M.. (org.) *et al.* **Educação Física escolar**: Teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Recife: EDUPE, 2005, p. 217-231.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo**: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MIRANDA, Marília Gouvêa de. **Sobre tempo e espaços da escola**: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 639-651, Maio/Ago. 2005 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> <acesso em 20/11/2013>.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Metodologia da Pesquisa Científica**: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 2ª ed. Florianópolis: Visual Books, 2006.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Existe espaço para o ensino de Educação Física na escola básica?** 1999. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/152/2633>. <Acesso em: 10/11/2013>.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesinide. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. São Paulo: Papirus, 1996.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada**: Conceituação e Terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

POSO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed 2002.

ROESCH, Silva A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**, 2 ed. São Paulo Atlas, 1999.

SILVA, Maria Fatima Paiva; DAMÁZIO, Márcia Silva. **O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão**. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/3590/4066>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: PROCESSOS DE INCLUSÃO-EXCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Pesquisador Responsável: Antonio Carlos Barros Viana. Faculdade de Educação Física - UFG.

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é dos pesquisadores responsáveis. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com um o pesquisador responsáveis nos telefones: **8596-9651 (celular) e 9912-4042 (celular)**. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: **3521-1075 ou 3521-1076**.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O projeto visa realizar um diagnóstico sobre o **PROCESSOS DE INCLUSÃO-EXCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Como objetivos específicos buscamos: verificar as aulas de Educação Física tem motivado a interação de alunos com diversas diferencia seja física, motora, cultural e outras que podem ser diagnosticada; A investigação é de cunho qualitativo e se caracteriza como pesquisa de campo, pois visa a observação de fatos que ocorrem cotidianamente em um determinado ambiente para posterior análise com o intuito de entender profundamente o fenômeno em questão. Como instrumento de coleta de dados optamos pelo questionário com perguntas abertas e fechadas a ser aplicado com o 6º e 9º ano do **segundo ano do fundamental do Colégio Estadual Lyceu de Goyas**. Não deverá haver nenhum tipo de desconforto ou risco em função do preenchimento do questionário. Você tem plena liberdade para se retirar da pesquisa e/ou se recusar a responder perguntas, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo. Afirmamos ainda que todas as informações prestadas serão de uso exclusivo para esta pesquisa e que sua identidade será preservada.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG: _____
CPF: _____, abaixo assinado, concordo em participar desta pesquisa como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador **Antonio Carlo Barros Viana sobre** a pesquisa **PROCESSOS DE INCLUSÃO-EXCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____